

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2018
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que às 9h do dia 12 de junho de 2018, no Centro Administrativo – Divisão de Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária – Av. Pereira Rêgo, nº 1665, fundos, sala 08, se reunirá com a finalidade de receber propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NOS PRÉDIOS ESCOLARES E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, com posteriores alterações.

Poderão participar as empresa do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Candelária, ou que apresentarem toda a documentação, necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao afixado para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NOS PRÉDIOS ESCOLARES E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme especificado abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
01	01	UN	O serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água – item 1 – deverá ocorrer em duas etapas, nos meses de julho de 2018 e janeiro/fevereiro de 2019, nas Escolas de Educação Infantil (03 escolas), e nos meses de julho de 2018 e janeiro/fevereiro de 2019, nas Escolas de Ensino Fundamental (20 escolas), conforme ANEXO V. A prestação dos serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água, instaladas nas escolas da rede municipal de ensino, deverá incluir as pertinentes análises bacteriológicas e o fornecimento de todos os equipamentos e produtos necessários à execução dos serviços.

02	01	UN	O serviço de controle de vetores e pragas urbanas nos prédios escolares: conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos – item 2 – deverá ocorrer com periodicidade mensal, durante o ano, nas Escolas de Educação Infantil (03 escolas), nas Escolas de Ensino Fundamental (21 escolas) e na Secretaria Municipal de Educação, sendo utilizados produtos devidamente registrados de última geração, micro encapsulados e de efeito knockdown e, ainda, aditivado de inseticida que forme uma barreira tóxica prolongada em locais suspeitos, como os seguintes: encanamentos, rachaduras, aberturas, rodapé externo e outros pontos que se fizerem necessários ao efeito de barreira. A desratização deverá ocorrer através de um controle integrado. A empresa deverá utilizar produtos (inseticidas, defensivos e demais insumos), aprovados e com registro no Ministério da Saúde, e atender à Legislação vigente, inclusive, apresentar relação dos produtos que serão utilizados com respectivos números de registro, marca e fabricante.
----	----	----	---

1.2. Os procedimentos de limpeza de caixas d'água deverão ser realizados da seguinte maneira:

a) Esgotamento da caixa d'água/reservatório por processo mecânico, lavagem das paredes internas, retirada de toda sujeira e esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza pelo sistema mecânico, enxágue e desinfecção, aspersão de Hipoclorito de Sódio, escovação com vassoura de nylon para não afetar a impermeabilização do reservatório e reabastecimento da caixa d'água/reservatório.

b) A contratada também deverá disponibilizar pessoal e material necessários para a realização dos serviços incluindo bomba de imersão, alta vazão.

c) Todo o processo de esgotamento deve ser feito por equipamentos e mangueiras de engates rápido evitando, assim, entupimento das torneiras dos imóveis.

d) A empresa também deverá emitir Certificados de Limpeza, ao término da realização do serviço, que deve ser entregue para os fiscais do contrato.

1.3. O serviço de controle de vetores e pragas urbanas nos prédios escolares deverá ocorrer através de um controle integrado. A empresa deverá utilizar produtos (inseticidas, defensivos e demais insumos), aprovados e com registro no Ministério da Saúde, e atender à Legislação vigente, inclusive, apresentar relação dos produtos que serão utilizados com respectivos números de registro, marca e fabricante;

1.4. Para o serviço de controle de vetores e pragas urbanas deverá ser utilizado produtos devidamente registrados de última geração, micro encapsulados e de efeito knockdown

e, ainda, aditivado de inseticida que forme uma barreira tóxica prolongada em locais suspeitos, como os seguintes: encanamentos, rachaduras, aberturas, rodapé externo e outros pontos que se fizerem necessários ao efeito de barreira;

1.5. Todas as despesas com deslocamento, alimentação, transporte de produtos e quaisquer outras que venham a ocorrer em virtude da prestação de serviço cotada deverão estar inclusas no valor orçado e serão de responsabilidade do contratado.

1.6. Todos os serviços relativos aos itens 1 e 2 deverão ser executados em período de férias, recesso escolar, finais de semana ou, ainda, em turnos em que não houver atividade nas escolas, com o acompanhamento de um responsável técnico da empresa devidamente credenciado, o qual deverá se apresentar na Secretaria de Educação quando do início dos serviços.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1.1. Os documentos necessários para a habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como o nº 1 e nº 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/18
ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/18
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

2.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que, a partir da habilitação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, tenha em seu quadro societário ou, venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros vinculados à Prefeitura Municipal de Candelária/RS.



3. DA HABILITAÇÃO

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar no envelope nº 1, os seguintes documentos:

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato;

3.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

3.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.2.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União).

3.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

3.2.3. . Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

3.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.3.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

3.4. DECLARAÇÕES:

3.4.1. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

3.4.2. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.4.3. Declaração, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, com posteriores alterações.

3.4.4. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, de Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O ITEM 01:

a) Licença de operação para limpeza e desinfecção de reservatórios de água ou documento de isenção de licenciamento, emitido pelo órgão ambiental competente.

b) Alvará Sanitário em vigência.

c) Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, Responsável Técnico devidamente Habilitado em uma das seguintes áreas: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário, Químico.

d) Comprovar que o Profissional indicado, pertence ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social.

e) Certificado de registro em seus respectivos conselhos e comprovação oficial de competência para exercer as funções relativas às atividades pertinentes.

f) Certificado de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente.

g) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privada comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto deste edital.

h) Declaração que a empresa atende à NR 33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados), a qual trata de certificação para Empresas que prestam o serviço de limpeza de caixas e reservatórios de água.

3.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O ITEM 02:

a) Licença de transporte rodoviário de produtos e/ou resíduos perigosos, emitida pela FEPAM/RS.

b) Licença de operação ou autorização ambiental para serviços de aplicação de agrotóxicos, domissanitários, inseticidas, raticidas e afins, emitida pelo órgão ambiental competente (não serão aceitos protocolos de licenciamento ou licenças prévias ou de instalação).

c) Alvará Sanitário em vigência;

d) Declaração de que possui veículo para transporte de produtos saneantes desinfetantes e equipamentos dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes,



devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas, e atender as exigências legais para transporte de produtos perigosos.

e) Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, Responsável Técnico devidamente Habilitado em uma das seguintes áreas: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário, Químico.

f) Comprovar que o Profissional indicado, pertence ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social.

g) Certificado de registro do Responsável Técnico em seus respectivos conselhos e comprovação oficial de competência para exercer as funções relativas às atividades pertinentes.

h) Certificado de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente.

i) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privada comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto deste edital.

OBSERVAÇÕES:

3.7. A microempresa e a empresa de pequeno porte e as cooperativas que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos item 3.2.1 a 3.2.4 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.9. O prazo de que trata o item 3.7 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.10. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.7, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 10, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4 – DA PROPOSTA

4.1. O envelope nº 2 deverá conter:



4.1.1. Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o valor por item, para execução dos serviços, onde deverão estar incluídos todos os custos com material e mão-de-obra.

4.1.2. Para quem cotar o item 02 deve apresentar relação dos produtos que serão utilizados para a execução dos serviços, com respectivos números de registro, marca e fabricante;

OBSERVAÇÕES:

4.2. Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.3. Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.4. Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

4.5. A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Tomada de Preços.

4.6. Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4.7. APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, FAX, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

5 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço por item para a execução do serviço.

5.2. Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados nas obras.

5.2.1. Os valores de dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na obra, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

5.3. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.



6 – CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.1.1. Verificado o empate entre 02 (duas) ou mais proponentes que apresentarem a mesma proposta de preço, a Comissão de Licitação realizará em sessão pública, um sorteio entre as Licitantes com propostas de preços empatadas.

7 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Somente serão aceitas as propostas cujo preço ofertado não seja superior ao da Planilha de Quantitativo Unitário (ANEXO III).

7.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como os preços serem superestimados ou inexequíveis.

8 – DOS RECURSOS

8.1. Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9 – DOS PRAZOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.2. O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo do item 9.1.

9.3. Se dentro do prazo, o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar do dia seguinte à assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais períodos, atendendo o limite legal e o interesse e a necessidade do contratante.

9.5. A fiscalização do contrato será de responsabilidade da servidora ANDRÉA BERLE.



10 – DAS PENALIDADES

10.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

10.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O pagamento será efetuado à vista, conforme a conclusão de cada etapa, por intermédio da Tesouraria do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura na Secretaria Municipal de Educação.

11.1.1. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Tomada de Preços, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

11.2. Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

11.3. Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

12- REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

12.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12.2. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os gastos da presente licitação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: 05 002 2034 339039 vinc 020; 05 002 2036 339039 vinc 020 e 05 001 2005 339039 vinc 020.



14 – DO CADASTRO DE FORNECEDORES

14.1. Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas no Município de Candelária, ou que apresentarem toda a documentação necessária para o cadastro até o terceiro dia anterior ao fixado para o recebimento dos envelopes.

14.2. Os documentos necessários para o cadastro são:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato; registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

g) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

- é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

- licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

h) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

i) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

j) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

14.3. Os interessados que já possuem cadastro nesta Prefeitura, devem atualizar o mesmo, no prazo do item 14.1.



15- DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

15.2. Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

15.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.4. Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

OBSERVAÇÃO: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

15.6. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo à habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.7. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o *site* www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº842 de 10 de maio de 2013.

15.8. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.9. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.10. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.11. A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.12. Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

15.13. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.



Anexo III - Termo de Referência.

Anexo IV – Relação das Escolas.

Anexo V – Minuta do contrato.

15.14. Quaisquer informações decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº 1665, sala 08, ou pelos e-mails licitacoes@candelaria.rs.gov.br e licitacoes2@candelaria.rs.gov.br, no horário de expediente, das 8h às 11h 30min e das 13h 30 min às 17h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes. Cópias do edital poderão ser obtidas através do *site* www.candelaria.rs.gov.br.

Candelária, 14 de maio de 2018.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

DIONATAN TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Tomada de Preços nº 07/2018 foi revisado em 21 de maio 2018 e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

TANAELA ELLWANGER MULLER
Subprocuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER
Procuradora-Geral do Município
OAB/RS Nº 95.508



ANEXO I

MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)



ANEXO III

PLANILHA DE QUANTITATIVO E CUSTO UNITÁRIO

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MÉDIO
01	01	UN	O serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água – item 1 – deverá ocorrer em duas etapas, nos meses de julho de 2018 e janeiro/fevereiro de 2019, nas Escolas de Educação Infantil (03 escolas), e nos meses de julho de 2018 e janeiro/fevereiro de 2019, nas Escolas de Ensino Fundamental (20 escolas), conforme ANEXO V. A prestação dos serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água, instaladas nas escolas da rede municipal de ensino, deverá incluir as pertinentes análises bacteriológicas e o fornecimento de todos os equipamentos e produtos necessários à execução dos serviços.	R\$ 11.206,00
02	01	UN	O serviço de controle de vetores e pragas urbanas nos prédios escolares: conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos – item 2 – deverá ocorrer com periodicidade mensal, durante o ano, nas Escolas de Educação Infantil (03 escolas), nas Escolas de Ensino Fundamental (21 escolas) e na Secretaria Municipal de Educação, sendo utilizados produtos devidamente registrados de última geração, micro encapsulados e de efeito knockdown e, ainda, aditivado de inseticida que forme uma barreira tóxica prolongada em locais suspeitos, como os seguintes: encanamentos, rachaduras, aberturas, roda-pé externo e outros pontos que se fizerem necessários ao efeito de barreira. A desratização deverá ocorrer através de um controle integrado. A empresa deverá utilizar	R\$ 31.040,00



			produtos (inseticidas, defensivos e demais insumos), aprovados e com registro no Ministério da Saúde, e atender à Legislação vigente, inclusive, apresentar relação dos produtos que serão utilizados com respectivos números de registro, marca e fabricante.	
--	--	--	--	--

ANEXO IV

RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - DISTÂNCIA E ÁREA E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nº	ESCOLA	DISTÂNCIA DA SEDE	ÁREA M²
01	EMEI Zenith Heinze	Sede	884,1
02	EMEI Dona Tereza	Sede	1116,48
03	EMEI Rio Branco	Sede	113,12
04	EMEF São Paulo	15 km	825,69 (escola) 1260 (ginásio)
05	EMEF Ewaldo Prass	15 km	101,6
06	EMEF General Daltro Filho	16 km	131,79
07	EMEF Octacílio Pessoa de Oliveira	30 km	335,59
08	EMEF Percílio J da Silveira	05 km	593,72
9	EMEF Adolfo Karnopp	20 km	245,34
10	EMEF Willy Kronbauer	32 km	84,24
11	EMEF Arnaldo Schilling	05 km	285,2
12	EMEF Adelina M. Knewitz	05 km	165,3
13	EMEF Lauro Hintz	13 km	361,6
14	EMEF Christiano A. Graeff	Sede	1270
15	EMEF Duque de Caxias	24 km	170,78
16	EMEF Emílio Jacobi	30 km	121,50
17	EMEF Dr. Middendorf	30 km	105,95
18	EMEF Jacob Kaercher	33 km	105,70
19	EMEF Batista Furlan	10 km	130,75
20	EMEF Adão Jaime Porto	15 km	795,29
21	EMEF Rodolfo Jacob Gewehr	20 km	100,33
22	EMEF Mário Vaz Ribeiro	20 km	172,21
23	EMEF São João B. de La Salle	Sede	1220,75
24	EMEF Fábio dos Santos	08 km	116,62
25	Secretaria Municipal de Educação	Sede	473,35

ANEXO V

RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM NÚMERO DE CAIXAS

Nº	ESCOLA	Nº CX. D'ÁGUA	DISTÂNCIA DA SEDE
01	EMEI Zenith Heinze	02 de 500 l 01 de 1000 l	Sede
02	EMEI Dona Tereza	01 de 15.000 l 01 de 30.000 l	Sede
03	EMEF São Paulo	02 de 1000 l 01 de 300 l	15 km
04	EMEF Ewaldo Prass	01 de 250 l	15 km
05	EMEF General Daltro Filho	01 de 7000 l 01 de 10.000 l	16 km
06	EMEF Percílio J da Silveira	01 de 1000 l 01 de 500l	05 km
07	EMEF Adolfo Karnopp	01 de 500 l	20 km
08	EMEF Willy Kronbauer	01 de 500 l	32 km
09	EMEF Arnaldo Schilling	01 de 250 l	05 km
10	EMEF Adelina M. Knewitz	01 de 500 l	05 km
11	EMEF Lauro Hintz	01 de 500 l	13 km
12	EMEF Christiano A. Graeff	01 de 500 l 01 de 300 l 01 de 250 l	Sede
13	EMEF Duque de Caxias	01 de 250 l	24 km
14	EMEF Emílio Jacobi	01 de 250 l	30 km
15	EMEF Dr. Middendorf	01 de 300l	30 km
16	EMEF Jacob Kaercher	01 de 250 l 01 de 1.000 l	33 km
17	EMEF Batista Furlan	01 de 500 l	10 km
18	EMEF Adão Jaime Porto	01 de 500 l 01 de 250 l 01 de 300 l	15 km
19	EMEF Rodolfo Jacob Gewehr	01 de 250 l	20 km
20	EMEF Mário Vaz Ribeiro	01 de 500 l	20 km
21	EMEF São João B. de La Salle	02 de 300 l 02 de 500 l	Sede

22	EMEF Fábio dos Santos	01 de 250 l	08 km
23	EMEI Rio Branco	01 de 1000 l	Sede
24	Secretaria Municipal de Educação	01 de 3.000 l	Sede

ANEXO VI

CONTRATO Nº /2018 - MINUTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS NOS PRÉDIOS ESCOLARES E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 87.568.911-0001-06, com sede na Av. Pereira Rego, 1665, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado _____, empresa situada na _____, em _____, CNPJ nº _____, representada neste ato por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada, simplesmente **CONTRATADA**, de acordo com a Tomada de Preços nº 07/18 e Lei nº 8.666/93 e nos termos e cláusulas a seguir descritas:

DO OBJETO E DO VALOR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente contrato, a Contratada se obriga a realizar os serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e controle de vetores e pragas urbanas nos prédios escolares e Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionadas:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR
------	-------	------	----------------------	-------



01	01	UN	O serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água – item 1 – deverá ocorrer em duas etapas, nos meses de julho de 2018 e janeiro/fevereiro de 2019, nas Escolas de Educação Infantil (03 escolas), e nos meses de julho de 2018 e janeiro/fevereiro de 2019, nas Escolas de Ensino Fundamental (20 escolas), conforme ANEXO V. A prestação dos serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água, instaladas nas escolas da rede municipal de ensino, deverá incluir as pertinentes análises bacteriológicas e o fornecimento de todos os equipamentos e produtos necessários à execução dos serviços.	
02	01	UN	O serviço de controle de vetores e pragas urbanas nos prédios escolares: conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos – item 2 – deverá ocorrer com periodicidade mensal, durante o ano, nas Escolas de Educação Infantil (03 escolas), nas Escolas de Ensino Fundamental (21 escolas) e na Secretaria Municipal de Educação, sendo utilizados produtos devidamente registrados de última geração, micro encapsulados e de efeito knockdown e, ainda, aditivado de inseticida que forme uma barreira tóxica prolongada em locais suspeitos, como os seguintes: encanamentos, rachaduras, aberturas, rodapé externo e outros pontos que se fizerem necessários ao efeito de barreira. A desratização deverá ocorrer através de um controle integrado. A empresa deverá utilizar produtos (inseticidas, defensivos e demais insumos), aprovados e com registro no Ministério da Saúde, e atender à Legislação vigente, inclusive, apresentar relação dos produtos que serão utilizados com respectivos números de registro, marca e fabricante.	

Parágrafo Único: Todas as despesas com deslocamento, alimentação, transporte de produtos e quaisquer outras que venham a ocorrer em virtude da prestação de serviço cotada deverão estar inclusas no valor orçado e serão de responsabilidade do contratado.

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA fará jus ao valor total de R\$ _____ (_____), que será pago conforme a conclusão de cada etapa, por intermédio da Tesouraria do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura e entrega do **Certificado de Limpeza** para a fiscal do contrato, Sra. Andrea Berle, na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Tomada de Preços, número da nota de empenho e dados bancários atualizados, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

Parágrafo Segundo: Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

Parágrafo Terceiro: Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

Parágrafo Quarto: Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

DA EXECUÇÃO:

CLÁUSULA TERCEIRA – Todos os serviços deverão ser executados em período de férias, recesso escolar, finais de semana ou, ainda, em turnos em que não houver atividade nas escolas, com o acompanhamento de um responsável técnico da empresa devidamente credenciado, o qual deverá se apresentar na Secretaria de Educação quando do início dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços do item 01 deverão ocorrer em duas etapas, nos meses de julho de 2018 e janeiro/fevereiro 2019 e, realizados da seguinte maneira:

a) esgotamento da caixa d'água/reservatório por processo mecânico, lavagem das paredes internas, retirada de toda sujeira e esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza pelo sistema mecânico, enxágue e desinfecção, aspersão de Hipoclorito de Sódio, escovação com vassoura de nylon para não afetar a impermeabilização do reservatório e reabastecimento da caixa d'água/reservatório.



b) a contratada também deverá disponibilizar pessoal e material necessários para a realização dos serviços incluindo bomba de imersão, alta vazão.

c) todo o processo de esgotamento deve ser feito por equipamentos e mangueiras de engates rápido evitando, assim, entupimento das torneiras dos imóveis.

d) a empresa também deverá emitir Certificados de Limpeza, ao término da realização dos serviços, que deve ser entregue ao fiscal do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - O serviço do item 02 deverá ocorrer com periodicidade mensal.

Parágrafo Primeiro: O serviço de desratização deverá ocorrer através de um controle integrado. A empresa deverá utilizar produtos (inseticidas, defensivos e demais insumos), aprovados e com registro no Ministério da Saúde, e atender à Legislação vigente.

Parágrafo Segundo: Para o serviço de controle de vetores e pragas urbanas deverá ser utilizado produtos devidamente registrados de última geração, micro encapsulados e de efeito knockdown e, ainda, aditivado de inseticida que forme uma barreira tóxica prolongada em locais suspeitos, como os seguintes: encanamentos, rachaduras, aberturas, rodapé externo e outros pontos que se fizerem necessários ao efeito de barreira.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

CLÁUSULA SEXTA – O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia posterior à assinatura deste, podendo ser prorrogado por iguais períodos, atendendo o limite legal e o interesse e a necessidade da contratante.

Parágrafo Único: No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob as seguintes rubricas: 05 002 2034 339039 vinc 20; 05 002 2036 339039 vinc 20 e 05 001 2005 339039 vinc 20.

CLÁUSULA OITAVA – Conforme o art. 40, XIV, alínea “c”, da Lei nº 8.666.93, a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, se dará através da aplicação do IGPM.



DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:

CLÁUSULA NONA - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na execução da obra ou aplicação do material previstos nos anexos do objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções na obra, o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

DA FISCALIZAÇÃO:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A fiscalização do contrato ficará a cargo da servidora ANDRÉA BERLE.

Parágrafo Único: A contratada deverá credenciar o responsável técnico da empresa, o qual deverá se apresentar na Secretaria de Educação quando do início dos serviços, para representá-la na execução do contrato, na forma do art. 68 da Lei 8.666/93.



DOS ANEXOS:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como a Tomada de Preços nº 07/18 e seus anexos.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária,..... de de 2018.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

.....
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

Ass.:

Ass.:

